
A INSTRUÇÃO PÚBLICA ATRAVÉS DAS MENSAGENS DOS PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL (1920-1929)

*Clarice Nunes
Anna Olga de Barros Barreto
Gilka Leite Garcia Fridman
Léa Maria Sussekind Viveiros de Castro*

Do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO

O objetivo deste artigo é fornecer uma idéia sobre a instrução pública no Distrito Federal, na década de vinte, através das Mensagens dos Prefeitos ao Conselho Municipal. O texto foi estruturado em três partes. Na primeira, fazemos uma apresentação da fonte consultada. Na segunda, damos uma visão de conjunto das Mensagens resultando a tônica das administrações, a situação da instrução pública dentre os diferentes serviços sociais prestados, a clientela e o professor da escola primária pública. Na terceira e última parte, finalizamos com um balanço da fonte investigada e uma sucinta discussão sobre o nosso próprio exercício ao investigá-lo.

SUMMARY

The present article aims at supplying information about public education in the Federal District in the twenties, through the Communications sent by the Mayors to the Town Council. The text has been divided into three parts. In the first we present the source that has been consulted. In the second we give a general view of the Communications, emphasizing the key-note of the different administrations, the situation of public education among the several social services rendered by the government, the type of students and teachers in the public elementary schools. In the third and last part, we end up with a general appreciation of the investigated source and a brief discussion of our research work.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um produto parcial elaborado durante as atividades de pesquisa histórica dentro do Programa de Estudos sobre a Escola Básica, que vem sendo desenvolvido, desde maio de 1983, através do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sob a coordenação da Profª Zaia Brandão.

O objetivo central do Programa é desenvolver um projeto permanente de pesquisa sobre a escola básica, que sirva de campo de capacitação técnica para estudantes da pós-graduação. O Programa se desdobra em três vertentes:

- estudo comparativo do desempenho das escolas pública e particular, coordenado pelo Prof. Candido A.C. Gomes.
- estudos de caso sobre professores das camadas populares, coordenado pela Profª Sonia Kramer e que conta com a assessoria técnica da Profª Marli Elisa de A. André.
- estudo histórico sobre a escola pública no Distrito Federal, nos anos 20, coordenado pela Profª Clarice Nunes e que conta com a assessoria técnica do Prof. Geraldo Bastos Silva.

Integrantes que somos da equipe encarregada de desenvolver o estudo histórico tivemos a oportunidade de ler as Mensagens dos Prefeitos do Distrito Federal nos anos vinte. Antes porém, de apresentar os resultados desta leitura, gostaríamos de esclarecer que ela emergiu através do exercício de uma reflexão constante sobre a prática que iniciamos e que nos exigiu, em princípio, a elaboração de um projeto de pesquisa. Neste projeto, privilegiávamos dois momentos, considerados significativos em termos da implantação de um sistema público de ensino primário no Distrito Federal, de acordo com a literatura consultada: a administração, na Diretoria Geral de Instrução Pública, de Carneiro Leão (1922-1926) e de Fernando de Azevedo (1928-1930).

Nosso intuito é o de obter indicadores dos padrões de realização escolar das administrações citadas, do ponto de vista da política de acesso da população em idade escolar, da política de formação, acesso e trajetória do professor dentro do magistério público e do currículo adotado dentro das escolas primárias. Pretendemos encaminhar a investigação dando prioridade aos aspectos mencionados, pela ordem em que aparecem, lembrando que todos eles ainda constituem questões cruciais em termos de uma discussão atual sobre a escola básica brasileira.

Tentamos, sobretudo, através desta pesquisa, obter dados que nos permitam avaliar com maior segurança o papel destas reformas e, conseqüentemente, o significado político da tentativa de implantação da escola nova no Distrito Federal.

Delimitado o nosso objeto de estudo, levantamos as seguintes hipóteses exploratórias:

- a ampliação das escolas no Distrito Federal, no âmbito das duas administrações, foi diferenciada para atender a diferentes segmentos da população das áreas urbana e periférica;
- esta heterogeneidade era ocasionada, não só pela escassez de recursos alocados na Diretoria Geral de Instru-

ção Pública da Prefeitura do Distrito Federal, mas também pela ambigüidade da proposta dos educadores liberais com relação à escola pública única;

- as administrações citadas direcionaram sua atuação para promover a mudança qualitativa das escolas públicas modelo. Este direcionamento define os limites e as possibilidades do caráter transformador que estas reformas pretendem ter assumido.

A partir destas hipóteses exploratórias e das pistas que a revisão bibliográfica sugeriu, passamos a coletar dados através da leitura de fontes variadas que incluem a produção escrita dos administradores citados, revistas e jornais da época, o material preparado para as Conferências Interestaduais de Educação, trabalhos estatísticos sobre a instrução pública no período e as Mensagens dos prefeitos ao Conselho Municipal.

A tentativa de construir uma leitura do material já examinado levou-nos a redigir, num primeiro momento, um relato sobre as Mensagens dos prefeitos durante os anos vinte. É o produto desta leitura que divulgamos aqui¹.

Nossa exposição está estruturada em três partes. Na primeira, fazemos uma sucinta apresentação da fonte consultada. Na segunda, damos uma visão de conjunto das Mensagens e na terceira, finalizamos com um balanço do material investigado e uma discussão sobre o nosso próprio exercício ao investigá-lo.

AS MENSAGENS DOS PREFEITOS

Iniciamos a coleta de dados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Pretendíamos obter, através da leitura das Mensagens, uma idéia de conjunto da situação da administração pública no Distrito Federal, seus principais problemas, suas maiores realizações e, neste contexto, detectar não só a tônica das administrações, mas também como se situava a educação entre os diferentes serviços prestados.

De acordo com o Decreto nº 5160 de 08.03.1904, artigo 27, parágrafo 1º, os prefeitos eram obrigados a apresentar um relatório das ocorrências dos vários departamentos na administração do Distrito Federal ao Conselho Municipal. Tais relatórios constituem as Mensagens dos Prefeitos ao Conselho Municipal.

Foram pesquisadas as Mensagens das seguintes administrações: Prefeito Milcíades Mario de Sá Freire (29.07.1919 a 06.06.1920); Prefeito Carlos Cezar de Oliveira Sampaio (08.08.1920 a 15.11.1922); Prefeito Alair Prata Soares (16.11.1922 a 15.11.1926); Prefeito Antônio Prado Júnior (16.11.1926 a 24.10.1930).

Analisamos mais detidamente as Mensagens das duas últimas administrações por corresponderem às

¹ A primeira redação deste texto ficou a cargo de Anna Olga de Barros Barreto e Léa Maria Sussekind Viveiros de Castro. Uma segunda redação, no entanto, foi efetivada já com a colaboração de Gilka Leite Garcia Fridman e Clarice Nunes. As discussões em equipe foram úteis para repensar o material consultado e para corrigir certas imprecisões do texto que acabou sendo definitivamente escrito por toda equipe.

gerações de Carneiro Leão e Fernando de Azevedo como Diretores Gerais de Instrução Pública.

O material coletado foi organizado a partir de dois critérios: 1) a recorrência de temas que emergiram das Mensagens e 2) temas privilegiados pela pesquisa.

A partir desta organização ganhamos uma visão de conjunto das Mensagens. Nela ressaltamos os seguintes aspectos: 1) a tônica das administrações; 2) a instrução pública nas diferentes administrações; 3) a clientela e 4) o professor.

VISÃO DE CONJUNTO DAS MENSAGENS

A tônica das administrações

Nas primeiras Mensagens a tônica recai sobre a questão da insalubridade da cidade. Os prefeitos falam em epidemias e em doenças como o impaludismo, a gripe e a tuberculose. Os problemas são de tal ordem que é preciso evitar a aglomeração e, neste sentido, os prefeitos apontam a necessidade da construção de prédios escolares com a finalidade de evitar o excessivo número de alunos nas salas de aula, na maioria das vezes, sem ar e sem luz. Tal preocupação com o número de alunos em sala não diz respeito, portanto, a uma possível sensibilidade com relação aos problemas de aprendizagem. As questões de saúde são prioritárias na época.

Na mensagem de 1921 observa-se claramente a tentativa de controlar as epidemias na área urbana através de uma espécie de programa de "higienização" da cidade que incluía obras de saneamento básico: serviços de água e esgoto e serviços de limpeza pública.

A prioridade dada a obras de saneamento básico, neste momento histórico, pode estar ligada ao fato do Prefeito Carlos Sampaio, engenheiro, ter recebido a missão de preparar a cidade para as festas comemorativas do Centenário de Independência. Isto explica, ainda, sua preocupação com o "embelezamento" da capital.

Na Mensagem referente ao ano de 22, vemos que o arrasamento do Morro do Castelo, obra que perdura por toda a década, foi utilizado para um trabalhoso aterro junto ao Calabouço, permitindo não só a construção dos pavilhões para a exposição do Centenário, mas principalmente a eliminação de um dos mais "infectos" bairros do Distrito Federal, o da Saúde.

A preocupação com obras de saneamento básico permanece por toda a década, variando, porém, o destaque que recebem.

Além das obras de saneamento básico já citadas, a necessidade de construir prédios escolares, já percebida desde o Império, ressalta a importância concedida à diminuição da verba gasta com aluguéis, uma vez que a maioria das escolas funcionava em casas alugadas.

Grande parte das medidas propostas nas Mensagens, incluindo obviamente a questão das obras públicas, esbarra na questão dos recursos.

A falta de recursos é uma queixa constante dos prefeitos. Na Mensagem de 1922, o Prefeito Carlos Sampaio sugere medidas econômicas que aliviem as dificuldades que o país atravessa como, por exemplo, aumentar a exportação e diminuir a importação, aproveitando-se do

câmbio baixo. O mesmo Prefeito justifica os gastos de sua administração com as obras para a Exposição do Centenário, considerados excessivos pela imprensa, como forma de atrair o capital estrangeiro.

Questões ligadas a gerência de recursos são apresentadas como prioritárias. Na Mensagem de 1924, por exemplo, os vencimentos do funcionalismo, a carestia de vida e a crise de habitação, ganham destaque em contraposição ao encaminhamento de recursos para obras de saneamento.

Em algumas Mensagens nota-se a preocupação com a moralização administrativa, no sentido de eliminar práticas consideradas abusivas, como no caso ocorrido em 1919, da distribuição de atestados falsos e diplomas fraudulentos pela Escola Normal. Ainda nesta linha de combate à corrupção insere-se a questão da injustiça na tabela de vencimentos, que desfavorece o professor em relação a outros funcionários públicos de nível subalterno. "Um contínuo e um porteiro, por exemplo, ganham hoje, respectivamente, bem mais do duplo e bem mais do triplo do que recebe uma adjunta de 3ª classe, trabalhando, muita vez, em escola distante e, certo, ninguém porá em dúvida que a esta cabe função bem mais delicada e bem mais árdua, que a de qualquer daqueles". (Mensagem de 1922, p. 10)

A relação estabelecida entre a falta de recursos e a moralização administrativa reaparece na Mensagem de 1929, embora sob a roupagem da necessidade de "modernização", através da qual são enfatizados aspectos de "organização e eficiência". Data desta época a introdução de novas técnicas para o controle dos recursos da Prefeitura: "os serviços Hollerith".

Vale a pena acrescentar que as ligações amistosas e/ou atribuladas entre o Prefeito e os intendentes do Conselho Municipal, os Senadores, e mesmo o Presidente da República, apenas são insinuadas no momento em que se quer justificar o insucesso de algumas propostas ou as realizações efetivadas. As injunções que acabam interferindo em determinadas decisões políticas não são, no entanto, esclarecidas a partir do texto das Mensagens.

É importante frisar que em todas as Mensagens a "Instrução Pública" ocupa lugar de destaque, mas sempre na medida em que está ligada à saúde, ou envolve grande quantidade de recursos da Prefeitura gastos nos aluguéis dos prédios e nos vencimentos de seu funcionalismo. No caso da Mensagem de 1927, a Instrução Pública ganha relevo na medida em que é apresentada como o alvo de uma reforma "regeneradora".

A Educação nas diferentes administrações

Em 1920 é inaugurado o serviço de inspeção médica escolar já que a principal preocupação da Diretoria Geral de Instrução é com a saúde dos alunos. A escola é vista através do seu efeito multiplicador na prevenção das doenças mais comuns da população, via "educação higiênica".

O excesso de leis contraditórias e dissociadas das necessidades do ensino também incumoda e sugere a necessidade de uma mudança. "Não tendo encontrado uma legislação regular sobre o ensino no Distrito Federal

e sim um amontoado de leis, umas em vigência, outras revogadas e algumas revalidadas, considere, desde logo, necessidade imperiosa uma consolidação do que existe sobre legislação neste Departamento Municipal". (Mensagem de 1920, p. 33)

Durante toda a década é apontada a necessidade de construção de prédios próprios para as escolas. Até 1923, esta necessidade está ligada à melhoria das condições higiênicas e à questão das despesas com aluguel, fatos esses aos quais nos referimos anteriormente.

As escolas funcionam com deficiência de asseio, conservação e localização, em cima de botequins "frequentados por toda a casta de gente", de açougues, de farmácias com grande movimento de doentes, com privadas dando diretamente para a sala de aula. (Mensagem de 1922, p. 76 e 77). Esta situação piora nas zonas suburbanas e rural.

Ao falar em Instrução Pública, as Mensagens têm estilos e enfoques diferentes. Enquanto algumas fornecem dados como número de escolas, de professores e de alunos — é o caso da Mensagem do Prefeito Carlos Sampaio — por exemplo, outras procuram tecer comentários sobre a situação escolar. Nota-se que, a partir da administração de Carneiro Leão, Diretor Geral de Instrução no período de 1922 a 1926, o enfoque dado à solução dos problemas do ensino via construção de prédios declinou em função da consciência da necessidade da adoção de medidas mais amplas no sentido de organizar o ensino, eliminar a anarquia e buscar a eficiência dentro da situação existente. Além disso, acabar com os abusos e irregularidades administrativas e reformular as leis "omissas e contraditórias". Dentre essas últimas aparecem as leis "de favor", que dizem respeito à promoção na Escola Normal e à nomeação de inspetores.

Apesar da ênfase na necessidade da construção de prédios escolares como medida prioritária, de fato o que parece ter ocorrido foi um retrocesso, na oferta de escolas à população em idade escolar. Pelos dados colhidos na Mensagem de 1929 verificamos que, num período de nove anos (1920-1929) houve uma diminuição do número de escolas diurnas. Se em 1920 contávamos com 319 escolas, em 1929 este número decaía para 214, enquanto que o número de escolas noturnas permaneceu praticamente inalterado: 67 escolas em 1920, 68 escolas em 1929.

No início da década de vinte a construção de prédios escolares é uma medida apresentada dentro da internacionalidade de expandir quantitativamente os serviços educativos com o intuito de implantar a obrigatoriedade escolar. A partir de 1922, já na administração de Carneiro Leão e, posteriormente na de Fernando de Azevedo, esta perspectiva se altera com a preocupação declarada pela qualidade do ensino, buscando tornar mais eficientes as escolas existentes.

Durante os primeiros anos da década de vinte os discursos dos prefeitos sobre a educação a relacionam às condições de prosperidade do país. Nota-se claramente o "entusiasmo pela educação", caracterizado por uma preocupação quantitativa.

Já em meados dos anos vinte fica evidente a passagem do entusiasmo para o "otimismo pedagógico", caracterizado por uma preocupação acentuadamente quali-

tativa, que coloca em relevo os aspectos técnicos do processo de escolarização. Este segundo momento, como Jorge Nagle (1976) sugere, reflete um alijamento da percepção da escola dentro de um contexto histórico-social. A Mensagem de 1921, por exemplo, quando aponta a educação como fator "importantíssimo" para a prosperidade declara a necessidade de encaminhar para o ensino profissional pelo menos 1/3 dos 65.000 alunos que frequentam as escolas primárias a fim de que este seja efetivamente fator econômico à altura do desenvolvimento industrial do Distrito Federal.

Em 1926, a Mensagem reforça a necessidade de difusão do ensino profissional, lembrando a relevância da contribuição para o progresso do país e para a própria sustentação da nossa nacionalidade.

Com relação à Escola Normal as Mensagens enfatizam, desde 1921, a necessidade da construção de um prédio próprio para o seu funcionamento e de reformulação do seu currículo, já que este se encontrava dissociado das finalidades de uma escola de formação de docentes. Outra preocupação é o cumprimento da obrigatoriedade da escola de aplicação, uma vez que haviam sido suprimidos os exames de prática de ensino. De acordo com os dados da Mensagem de 1922, verificamos uma grande diferença entre o número de alunos matriculados e o número de alunos diplomados. Assim, no ano de 1921 enquanto entravam 1913 alunos saíam 214 diplomados. Apesar de termos dados relativos apenas ao mesmo ano, perguntamo-nos se não haveria uma alta taxa de evasão na Escola Normal e qual a sua causa.

Com o intuito de obter um melhor rendimento na Escola Normal, a Mensagem de 1926 sugere que o número máximo de faltas durante o ano letivo seja 20 e que o feriado das quintas feiras seja extinto.

Desde 1921 existe a visão de uma educação prática e utilitária, que ensina a fazer. Esta visão se acentua no decorrer da década com a difusão crescente dos princípios da Escola Nova.

Em 1926, pela primeira vez, se acentua a necessidade de regulamentar o ensino primário particular, ao mesmo tempo em que se revela que a administração pública subvençionava ou concedia isenção de impostos a este tipo de iniciativa.

Durante a administração de Antônio Prado Júnior é promulgada a Reforma do Ensino do Distrito Federal por iniciativa de Fernando de Azevedo, Diretor Geral de Instrução neste período.

A questão da construção dos prédios escolares suscita a iniciativa do recenseamento escolar, o que demonstra uma preocupação de ordem técnica. Feito para conhecer a população em idade escolar e sua distribuição pelo Distrito Federal, o recenseamento contribui, na visão do Diretor da Instrução Pública, para desmentir duas afirmações. A primeira, de que não havia necessidade de um novo censo pois existiam dados suficientes para o conhecimento da população em idade escolar; a outra, de que a solução para o problema do ensino público parecia ser uma esperança irrealizável, tendo em vista a situação financeira da Prefeitura. O que o recenseamento mostra, ainda na interpretação de Fernando de Azevedo, é a incorreção dos dados anteriores e a improcedência das afirmações de que seria preciso dobrar o quadro dos profes-

sores. Em sua visão, um pequeno acréscimo no número de professores do Distrito Federal seria suficiente para dar cabo ao analfabetismo. Esta é a primeira vez em que o analfabetismo é explicitamente comentado nas Mensagens.

A construção de prédios escolares, na gestão Fernando de Azevedo, foi apoiada sobre o Cadastro Escolar, ou seja, o Mapa Geral do Distrito Federal com a divisão dos distritos e a localização das escolas existentes e sobre o mapa construído a partir dos dados do recenseamento, com indicação da densidade e distribuição da população em idade escolar.

A Mensagem de 1927 traz a proposta de uma reforma de ensino que procure adaptar a escola à realidade do meio social, além de enfatizar a necessidade do planejamento dos serviços escolares e da "modernização" administrativa e pedagógica, dentro de uma visão sistêmica do ensino.

Segundo as Mensagens, a Reforma da Instrução Pública concretiza-se em lei e durante os anos de 1929 e 1930, efetivamente várias medidas dentre as quais a educação física com professores formados na área, a inspeção médica e dentária, a elaboração de fichas sanitárias que forneciam um quadro sanitário e social do aluno, a assistência dentária para crianças pobres, a criação do círculo de pais e mestres e de caixas escolares com atribuição assistencial de distribuição de material e merenda.

Fica bem claro o ideário da escola nova, através da proposta de adaptação de princípios extraídos da teoria posta em prática em outros países, da idéia de educação como "atividade regeneradora". "Procurou-se harmonizar o que de melhor e mais adequado ao nosso meio se depara nos vários sistemas pedagógicos. Fazer da escola primária um elemento de renovação da própria sociedade, exercendo eficaz influência sobre as gerações que se forem formando". (Mensagem de 1930, p. 127).

A ênfase, na reforma, quanto aos aspectos sociais pode ser observada com relação às funções do Círculo de pais e professores e dos Conselhos Escolares. O primeiro possibilita a atuação na família através da escola, e o segundo teria por objetivo estreitar as relações entre escolas profissionais e o meio comercial e industrial.

Ambos aspectos citados incluem-se na perspectiva da responsabilidade social da escola. A preocupação com as escolas agrícolas; no início da década, cede lugar à preocupação com as escolas comerciais e industriais.

A reforma Fernando de Azevedo, segundo as Mensagens, também previu a criação do Conselho de Educação, com a finalidade de examinar e aprovar os programas de ensino primário, normal e profissional e propor medidas de aperfeiçoamento do ensino; o regime de concursos (aspecto moralizador) para preenchimento de vagas no magistério normal e profissional; a criação da Escola de Educação Física; a criação do "Boletim de Educação Pública", revista da Diretoria de Instrução e a criação da cinematografia educativa e de bibliotecas escolares.

A Clientela

No início da década, fica bastante evidenciada a precariedade da saúde da população escolar. Mencio-

nam-se a verminose, e as doenças contagiosas. Daí, toda uma preocupação com as condições dos prédios escolares que agravam os problemas de saúde, e a ênfase na necessidade de se ensinarem regras de higiene nas escolas.

Aparece, também, a preocupação em separar alunos "normais" e "anormais", segundo sua capacidade intelectual e em corrigir "vícios visuais e auditivos" dos estudantes. Não se explica, no entanto, como seria feita essa separação, nem como se detectariam esses "vícios".

Com relação à demanda potencial (número de crianças em idade escolar) e ao respectivo atendimento, a Mensagem de 1920 mostra claramente que as escolas existentes não comportam nem a metade da população escolar no período.

Os dados apresentados na Mensagem de 1929, com relação a matrícula e freqüência média nas escolas públicas primárias, demonstram que, de 1920 a 1929, com relação às escolas diurnas houve uma diminuição do seu número. De 319 em 1920 passaram a 214 em 1929. Houve um aumento muito pequeno de matrículas: 70.892 em 1920 para 73.274 em 1929 e a freqüência média variou de 64 a 80%. Com relação às escolas noturnas, seu número permaneceu praticamente inalterado. De 67 escolas em 1920, atinge-se o total de 68 escolas em 1929. Houve também uma diminuição do número de matrículas. De 6504 em 1920 para 5718 em 1929. A freqüência média variou de 39 a 52%.

Os dados fornecidos demonstram que não houve expansão da escola primária na década. Por outro lado, eles não nos permitem perceber quais os índices de evasão e repetência na época, e muito menos quem constituía a clientela desse tipo de escola.

Afirma a Mensagem de 1929 que, com a reforma Fernando de Azevedo, o número de matrículas e o índice de freqüência média nos Cursos Populares Noturnos se ampliaram, embora não se explicitem com maiores detalhes dados referentes ao assunto.

Os professores

As primeiras Mensagens já evidenciam a preocupação com o professor enquanto categoria profissional. Queixam-se os Prefeitos da falta de regulamentação para nomeação e promoção de professores e apontam a necessidade de uma "moralização", que contribua para manter a assiduidade e pontualidade dos professores. Recomendam que seja considerado o critério do mérito para nomeações e promoções, ao invés do critério de antigüidade, costume da época.

Em 1921, é apresentado o seguinte quadro de professores:

— Professores catedráticos —	319
— Professores noturnos —	70
— Adjuntos de 1ª classe —	330
— Adjuntos de 2ª classe —	660
— Adjuntos de 3ª classe —	1.073
— Adjuntos de jardim de infância —	14
— Médicos —	23
— Inspectores —	23 (um para cada distrito)

O quadro apresentado em 1922, muito semelhante ao de 1926, mostra que há uma maioria esmagadora de professores do sexo feminino, exceto no caso das escolas noturnas. No entanto, os prefeitos falam em leis discriminatórias, que favorecem os professores do sexo masculino com relação a acesso e promoção no magistério. Este quadro apresenta também duas categorias novas: os professores "elementares" (no total de 14) e os "coadjuvantes de ensino", com maioria de professores do sexo masculino, num total de 140.

Os dados não nos permitem ter uma visão clara das competências de cada uma dessas diferentes categorias, nem do tipo de escola em que atuam.

A primeira indicação, apenas mencionada nas Mensagens, que se tem com relação ao acesso à carreira é uma lei de 1923 e que determina um duplo critério para a nomeação de adjuntos: 1/3 das vagas seriam preenchidas por antiguidade e 2/3 por merecimento. Parece haver aí uma mudança na direção anteriormente apontada, com relação à política de acesso.

De 1924 a 1926, Carneiro Leão, Diretor Geral de Instrução, enfatizando as "condições pedagógicas" da escola primária, nelas inclui uma discussão sobre a má remuneração do professor. "Entendo que os professores adjuntos das escolas primárias são os funcionários municipais menos remunerados, aqueles cujos vencimentos exíguos foram fixados sem terem em conta os trabalhos físicos que o exercício do cargo lhes impõe e, ainda mais, sem atender às responsabilidades decorrentes da delicada missão que o poder público lhes confia" (Mensagem de 1924, p. 40)

Aparece ao lado da questão da má remuneração dos docentes o reconhecimento da sua "competência" e da atração que o magistério exerce, como profissão, a moços e moças. No entanto, o Diretor de Instrução não solicita o aumento dos vencimentos dos professores, tendo em vista as precárias condições financeiras da municipalidade. O reconhecimento do valor dos professores expressa-se apenas no nível do discurso.

Na Mensagem de 1924 Carneiro Leão sugere, ainda, a extinção do cargo de catedrático para as escolas primárias, uma vez que isto evoca as antigas escolas isoladas, onde havia nomeação por cadeiras e a extinção do quadro de professores noturnos, que seriam substituídos pelos professores diurnos com direito a uma gratificação especial. Esta medida permitiria não só um melhor aproveitamento dos professores, mas também uma diminuição do seu número, o que aliviaria os cofres públicos.

A Mensagem de 1926 denuncia que, aos docentes efetivados nas Escolas Normais, foram dadas cadeiras do curso para as quais não estavam habilitados, apenas para evitar que ficassem sem ter o que fazer. Além de observar a distorção na solução encontrada para o aproveitamento dos docentes cumpre acrescentar que para solucionar um problema de natureza administrativa, criava-se um problema pedagógico, mais sério.

BALANÇO DO MATERIAL INVESTIGADO E DISCUSSÃO SOBRE O EXERCÍCIO DA INVESTIGAÇÃO

Queremos aqui salientar os problemas que encon-

tramos pelo fato das Mensagens terem constituído a nossa primeira fonte de dados, e também as dificuldades encontradas no próprio texto, ou seja, suas lacunas e ambigüidades.

Como se esperava, os dados são escassos nas primeiras mensagens da década, além de pouco confiáveis. Encontramos o uso constante de termos como "cerca de", "aproximadamente", acompanhando-os. Sua análise fica ainda dificultada pelo desconhecimento do processo de sua obtenção e pela impossibilidade de compará-los. Por outro lado, esta imprecisão não impede que se perceba através dos mesmos uma tendência.

Não fica esclarecida a função de alguns funcionários ligados à Instrução Pública. Em relação aos "inspetores", muito citados em todas Mensagens, pouco se sabe. Verifica-se que havia um "inspetor" por "Distrito", mas o desconhecimento de suas atribuições faz com que levantemos uma questão: qual o tipo de intervenção que faziam nas escolas dos Distritos?

Ao se queixar de sua falta de autonomia, reforçada pela legislação, para nomear e promover "professores adjuntos", o Prefeito Alaor Prata, em 1926, diz que tais atos eram de responsabilidade de uma comissão de "inspetores" e "catedráticos". No sentido de centralizar as nomeações, faz uma sugestão ao Conselho Municipal de que estas passem pelo crivo de uma inspeção de saúde; sobre a qual não encontramos explicações mais detalhadas. Podemos apenas perceber a queixa de falta de autonomia, mas não podemos avaliar o que efetivamente se coloca contra a autonomia, assim como o próprio significado da medida sugerida.

Procurando delimitar a atuação de Diretoria de Instrução Pública, verificamos que os seus projetos necessitam da aprovação do Conselho Municipal. Levantamos, então, outro tipo de questões: como se constituía o Conselho Municipal, ao qual se dirigem todos os prefeitos da década? Quais as atribuições de seus membros? Havia algum membro para tratar exclusivamente da Instrução Pública? Quais as ligações políticas entre o Conselho, o Prefeito e o Diretor de Instrução Pública? Que interesses efetivamente representavam?

Uma grande dificuldade sentida foi a falta de informação sobre a clientela e sobre a diferenciação da escola primária. Na maioria das Mensagens a Escola Normal, a escola primária e as escolas profissionais (em algumas Mensagens mencionadas como "instituto técnico-profissional") aparecem como escolas que se situam sob a responsabilidade da municipalidade. Às vezes aparecem também "escolas elementares". Nossas questões: quais as diferenças entre elas? É possível fazer uma tipologia das escolas da década? Quais as características desta "escola primária"?

Outra lacuna percebida foi a de que nenhuma das Mensagens faz menção ao currículo de escola primária embora se defenda em toda a década a necessidade da introdução de "trabalhos manuais" e de "educação cívica", sem maiores detalhes.

Em muitas oportunidades descobrimos termos de sentido desconhecido. Por exemplo a palavra "sloyd", que se refere a trabalhos manuais, segundo deduzimos de algumas observações de Jorge Nagle em seu livro já citado (1976). A expressão "higiene pedagógica", por exem-

plo, encontrada nas primeiras mensagens só foi explicitada na Mensagem de 1927. É sinônimo de educação física.

Na Mensagem de 1924, são mencionadas leis de exceção que protegeriam "os representantes do sexo masculino" no acesso ao curso da Escola Normal e ao magistério. Essas leis, conforme diz a Mensagem, estão obedecendo a outros interesses, que não o interesse público. Tal observação reforça a idéia de que o interesse público conta muito pouco, ficando os administradores a mercê de determinadas injunções políticas. Quais seriam?

Constatamos, através deste trabalho, o caráter específico da fonte consultada. Trata-se de um documento elaborado pelo prefeito (ou seus assessores diretos, em seu nome) para o Conselho Municipal. Como consequência nos perguntamos até que ponto houve uma inevitável distorção do redator (redatores?) ao privilegiar dados considerados politicamente convenientes?

A importância do exercício que realizamos se situa no nível da tentativa de construir uma leitura do material consultado. De situar-se. Acreditamos que a ida a outras fontes tornará possível não só desvendar o "jogo político" do período estudado mas também avaliar com mais clareza a força e o prestígio dos Diretores da Instrução Pública. Por outro lado, parece-nos que a primeira tentativa de conhecer os padrões de realização escolar do Distrito Federal alertou-nos para o fato de estarmos criando uma construção a partir das construções de outras pessoas, através das fontes escritas, o que nos remete para uma discussão sobre a prática do historiador e para as questões cruciais que ela implica.

Afinal, que perguntas devemos fazer aos documentos?

É possível neles, identificar, com clareza, o espaço da palavra e o da ação?²

-
- 2 Estas e outras questões aqui levantadas foram respondidas no processo da pesquisa em curso, ao mesmo tempo em que novas indagações surgiram. O texto que originou este artigo constituiu um instrumento de trabalho da equipe ao lado de outros gerados com o intuito de organizar os dados das diversas fontes consultadas.

O relatório final da pesquisa, após um ano de atividade, ganhou um nível de interpretação que este texto não reflete, dadas as condições e o objetivo com que foi produzido. É no relatório que o drama da luta pela implantação da escola primária pública é trabalhado, revelando questões cruciais em termos de uma discussão sobre a escola básica brasileira atual. Nele recebem destaque as contradições das estratégias de organização e funcionamento da escola primária, através das quais se constrói o significado da escassez das escolas e das verbas para a educação, do empreguismo da classe média, das relações de atrito entre o Poder Legislativo e Executivo na determinação de políticas que afetam o ensino, da função dos "especialistas" dentro da rede escolar, das condições de acesso e permanência do estudante na escola, do conteúdo ideológico de determinadas disciplinas dentro do programa de ensino e das condições de acesso e promoção do professor primário na carreira do magistério. Ver Nunes, Clarice. *A escola primária de nossos pais e de nossos avós*; uma reconstituição histórica da escola primária pública, no Distrito Federal, na década de vinte. Departamento de Educação-Pós-Graduação, PUC/RJ, março de 1984, 200p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DISTRITO FEDERAL. *Mensagem do Prefeito Milcíades de Sá Freire*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1920.
- _____. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1921.
- _____. *Mensagem do Prefeito Carlos Cezar de Oliveira Sampaio*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1922.
- _____. *Mensagem do Prefeito Alair Prata Soares*. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1923.
- _____. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1924.
- _____. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1925.

- _____. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1926.
- _____. *Mensagem do Prefeito Antonio Prado Jr.* Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1927.
- _____. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1928.
- _____. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, jun./1929.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. EPU, MEC, 1976.
- NUNES, Clarice. *A escola primária de nossos pais, e avós: uma reconstituição histórica da escola primária, no Distrito Federal, na década de vinte*. Rio de Janeiro, Departamento de Pós-Graduação, PUC/RJ, março de 1984.

